



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Macau já regressou à Pátria há quinze anos, a sua economia desenvolveu-se rapidamente, os painéis, sobretudo publicitários, são frequentes na cidade, e a iluminação decorativa funciona todo o dia, com as suas luzes fortes a perturbar gravemente a população. No entanto, ao longo destes anos, o Governo da RAEM nunca regulou a matéria da poluição luminosa, apenas emitiu, em 2008, Instruções para controlo da poluição luminosa proveniente dos painéis publicitários, das iluminações decorativas e dos monitores LED no exterior dos edifícios, mas como estas instruções não têm qualquer força vinculativa, não surtem efeitos no que respeita ao regular da situação. Estamos sempre a receber queixas dos residentes sobre certos painéis e iluminações decorativas cujas luzes fortes continuam acesas durante toda a noite. Os moradores já apresentaram queixas junto dos serviços competentes, mas a situação mantém-se. Devo salientar que, segundo peritos e académicos, viver permanentemente sob poluição luminosa pode prejudicar gravemente a saúde e originar tonturas, depressão, dispepsia, angústia, e até aumentar o risco de cancro. A poluição luminosa afecta as pessoas tanto física como psicologicamente, e neste último caso, pode afectar bastante as relações entre as pessoas.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Ao longo dos últimos anos, o Governo fartou-se de falar sobre a resolução



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos problemas ambientais e da poluição, sonora e luminosa, entre outras, por se tratar de questões que afectam imenso a vida da população. O Governo já definiu uma lei para regular a emissão de ruído, portanto, não deve ignorar o problema da poluição luminosa. Quando é que Macau vai ter legislação para combater a poluição luminosa e regular os respectivos equipamentos?

2. O Governo da RAEM ainda não iniciou o processo legislativo sobre a poluição luminosa, apenas emitiu instruções para referência dos profissionais, mas essas instruções não têm qualquer força vinculativa. Então, como é que os serviços competentes tratam as queixas dos residentes? Sem sanções nem efeitos dissuasores, como é que o problema da poluição luminosa pode ser resolvido?

28 de Novembro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Leng Veng Chai